

INTERDISCIPLINARIDADE, MOBILIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES PRESENTES NO GRUPO DE PESQUISA GÊNERO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS¹

INTERDISCIPLINARITY, MOBILIZATIONS, AND ARTICULATIONS WITHIN THE GENDER, LABOR, AND PUBLIC POLICIES RESEARCH GROUP

INTERDISCIPLINARIEDAD, MOVILIZACIONES Y ARTICULACIONES EN EL GRUPO DE INVESTIGACIÓN GÉNERO, TRABAJO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Inez Barboza Marques²

Livia Maria Silveira³

Thaina Marieli Silva Andrade⁴

RESUMO: O Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP), criado em 2014 na Unespar/Paranavaí/PR e certificado pelo CNPQ, atua de forma interdisciplinar na produção de conhecimento e na articulação com movimentos sociais. Promove seminários, cursos e ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero, influenciando políticas públicas locais. resgatamos a realização das edições do Seminário sobre Gênero, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí/PR e a articulação para a criação do Coletivo LGBTQIAPN+ de Paranavaí/PR. A elaboração deste relato foi possibilitada pelos diferentes registros e materiais disseminados pelos(as) integrantes do grupo, nos diferentes meios de comunicação. Portanto, a história do GTPP tem sido construída de forma coletiva, a partir de muitas mentes, corpos, eventos, livros publicados, documentários e outras produções, posicionamento político, resistência diante do conservadorismo presente na sociedade, além do cultivo e o acolhimento da diversidade.

1

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. Produção do conhecimento. Movimentos sociais.

ABSTRACT: The Gender, Labor, and Public Policies Research Group (GTPP), established in 2014 at the State University of Paraná (UNESPAR), Paranavaí campus, Brazil, and certified by the Brazilian National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), operates through an interdisciplinary approach to knowledge production and collaboration with social movements. The group promotes seminars, training courses, and initiatives aimed at addressing gender inequalities, thereby contributing to the development of local public policies. This paper revisits the editions of the Gender Seminar organized by the group, the creation of the Municipal Council for Women's Rights in Paranavaí, Paraná, and the collaborative efforts that led to the establishment of the Paranavaí LGBTQIAPN+ Collective. This report was developed based on the various records and materials produced and disseminated by the group's members across different communication platforms. Consequently, the history of the GTPP has been collectively constructed through the contributions of multiple individuals, embodied experiences, academic events, published books, documentaries, and other scholarly and cultural productions, as well as through political engagement, resistance to the conservatism present in society, and the promotion and appreciation of diversity.

Keywords: Interdisciplinarity. Gender, Labor, and Public Policies Research Group. Knowledge production. Social movements.

¹ Este artigo foi apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em Salvador, Bahia, de 03 a 07 de dezembro de 2025, conforme divulgação no site: <https://www.cbass.com.br/>. Todavia, foi revisado e atualizado em 2026.

² Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSED/Unespar/Campo Mourão. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

³ Mestre pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSED/Unespar/Campo Mourão – membra do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

⁴ Mestre pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSED/Unespar/Campo Mourão – membra do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

RESUMEN: El Grupo de Investigación Género, Trabajo y Políticas Públicas (GTPP), creado en 2014 en la Universidad Estatal de Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí, Brasil, y certificado por el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq), desarrolla un trabajo interdisciplinario orientado a la producción de conocimiento y a la articulación con los movimientos sociales. El grupo promueve seminarios, cursos y acciones dirigidas al enfrentamiento de las desigualdades de género, contribuyendo a la formulación de políticas públicas locales. Este trabajo recupera las distintas ediciones del Seminario sobre Género, la creación del Consejo Municipal de los Derechos de la Mujer de Paranavaí (Paraná) y la articulación que condujo a la creación del Colectivo LGBTQIAPN+ de Paranavaí. La elaboración de este relato fue posible gracias a los diversos registros y materiales producidos y difundidos por las y los integrantes del grupo a través de diferentes medios de comunicación. En consecuencia, la historia del GTPP ha sido construida colectivamente a partir de múltiples aportes, experiencias, eventos académicos, libros publicados, documentales y otras producciones científicas y culturales, así como mediante el compromiso político, la resistencia frente al conservadurismo presente en la sociedad y la promoción y acogida de la diversidad.

Palabras clave: Interdisciplinariedad. Grupo de Investigación Género, Trabajo y Políticas Públicas. Producción del conocimiento. Movimientos sociales.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a universidade se constitui a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Constituição Federal de 1988 determina que este tripé deva ser executado de maneira interligada. Diante disso, vigora o consenso de que uma universidade de qualidade é aquela que possibilita a formação dos(as) alunos(as) por meio das atividades de ensino; a produção e socialização do conhecimento, por intermédio das atividades de pesquisa, e a interação com a comunidade externa, o território e a sociedade de forma geral, através das atividades de extensão (Brasil, 1988).

Na mesma linha, a Lei nº 9.394 de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforça a todo momento a importância da inseparabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Com enfoque no ensino superior, a legislação vigente estabelece que, no contexto das universidades, é imprescindível a existência de espaços que possibilitem o desenvolvimento científico e estimulem o pensamento reflexivo. A academia é um lugar propício para desvendar as relações sociais, refletir sobre o papel da educação na vida dos(as) sujeitos(as), além de ter como obrigação social a devolução de todo conhecimento (re)produzido pela comunidade acadêmica para a sociedade.

Na referida lei, artigo 53º, parágrafo terceiro, no que diz respeito à autonomia das instituições de ensino superior, consta a responsabilidade em estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa, além de produções artísticas e atividades de extensão. Todas as ações agregam individualmente a cada indivíduo(a), mas a finalidade maior é coletiva e comunitária,

considerando a educação um bem público e coletivo, e a universidade um espaço diverso e democrático (Brasil, 1996).

E é neste contexto que situamos nosso relato de experiência. O contexto da universidade pública, mais precisamente, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Paranavaí/PR, tendo como objetivo geral compartilhar a relevância da atuação do Grupo de Pesquisa Gênero Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) na UNESPAR, no município e região de Paranavaí/PR. Participando e construindo história enquanto pesquisadoras do GTPP, reconhecemos o grupo enquanto um espaço formativo, de articulação em rede externa e interna, além de ser um ator importante para mobilizações e processos coletivos.

É importante demarcar que grupos de pesquisa são organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e visam à produção de conhecimento científico e tecnológico. Geralmente, esses grupos possuem linhas de pesquisa que direcionam os assuntos a serem discutidos coletivamente, bem como temas a serem abordados pelos(as) pesquisadores(as) que compõem o grupo.

Nosso interesse com a elaboração deste trabalho é, além de socializar, registrar as contribuições acadêmicas, políticas e sociais, geradas a partir da atuação do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da UNESPAR/Paranavaí/PR. O grupo é construído de forma coletiva, por docentes, discentes e comunidade externa, situados nas diversas áreas de atuação. Nos referimos a alunos(as), professores(as), profissionais da rede de proteção e militantes dos movimentos sociais que se posicionam em favor da luta por direitos humanos, direitos das mulheres, da população negra e das pessoas LGBTQIAPN+.

O GTPP está cadastrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED) da Universidade Estadual do Paraná/Campus de Campo Mourão/PR, o que reforça o seu caráter integrador de saberes. Conta em seu corpo com estudantes de mestrado, que contribuem para o aprofundamento teórico-metodológico das discussões e práticas desenvolvidas. Ressalta-se que as autoras deste relato de experiência são, respectivamente, docente e mestrandas do referido programa.

Partindo do histórico de atuação deste grupo de pesquisa, resgatamos a realização das edições do Seminário sobre Gênero, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí/PR e a articulação para a criação do Coletivo LGBTQIAPN+ de Paranavaí/PR. A elaboração deste relato foi possibilitada pelos diferentes registros e materiais disseminados pelos(as) integrantes do grupo, nos diferentes meios de comunicação. Portanto, a história do

GTPP tem sido construída de forma coletiva, a partir de muitas mentes, corpos, eventos, livros publicados, documentários e outras produções, posicionamento político, resistência diante do conservadorismo presente na sociedade, além do cultivo e o acolhimento da diversidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O relato e experiência do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas em pauta, pode ser considerado como resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que a sua elaboração foi possibilitada por meio de registros e materiais disseminados pelos(as) integrantes do grupo, nos diferentes meios de comunicação, incluindo a página do grupo de Pesquisa.

3 RESULTADOS

Segundo os dados disponibilizados pelo Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil (Lattes/CNPQ), entre 2000 e 2023, houve um aumento significativo no cadastramento de instituições e grupos de pesquisa no Brasil. No período referenciado, foi mais que duplicado o número de grupos de pesquisas em território brasileiro. No ano de 2000, constatou-se aproximadamente dez mil grupos, enquanto em 2023 os cadastros ultrapassam os quarenta mil. Cresceu também o número de pesquisadores(as), com e sem doutorado. Nesse sentido, os dados demonstram que apesar dos desafios vivenciados pelas universidades brasileiras, a pesquisa tem sido ampliada e difundida.

4

O Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) foi formado em 2014, e logo adquiriu o reconhecimento e certificado pelo CNPq, sendo este um marco importante na história da Universidade, cuja relevância também se estende ao município e a região de Paranavaí/PR. O grupo se constitui de forma interdisciplinar, uma vez que conta com docentes, discentes e profissionais das áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Biológicas. As temáticas abordadas pelos(as) pesquisadores(as) estão relacionadas à questão de gênero na transversalidade com as Políticas Públicas. O grupo atua para além do interesse acadêmico em articulações com coletivos e a comunidade em geral.

A interdisciplinaridade está presente não só na composição do grupo, mas também na forma como se constrói conhecimento e se articula os saberes e a prática. A presença das diferentes áreas do conhecimento, contribui para que exista a possibilidade de ter acesso a uma

leitura ampliada e de totalidade frente às expressões da questão social. Ao tratar sobre a interdisciplinaridade, Fazenda (2005) ressalta que esta é como um tecido trançado e flexível, que se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas. O GTPP abarca discussões que partem da perspectiva interseccional, considerando os marcadores sociais essenciais para a compreensão das relações sociais na atualidade, bem como para a construção das políticas públicas.

Sob a liderança de uma docente do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Paraná/campus de Paranavaí, o GTPP se organizou por meio de duas linhas de pesquisa, sendo a primeira “Relações de gênero: história, violência e políticas públicas”, que objetiva viabilizar estudos que contemplem a categoria gênero, levando em conta a sua transversalidade, historicidade e interface com as políticas públicas, e a segunda “Trabalho e Divisão Sexual do Trabalho”, que abarca os estudos que envolvem a categoria trabalho na sua dimensão sexuada, com vista a desvendar as expressões que se manifestam nos diferentes espaços.

Informações contidas no Espelho do Grupo de Pesquisa referentes aos indicadores de recursos humanos no GTPP, em julho de 2026, apontam que, em relação aos pesquisadores(as), o grupo conta com: oito (8) com doutorado, doze (12) com mestrado, vinte (20) especialistas, dezessete (17) com graduação, a 1 (um) ensino médio, na modalidade de iniciação científica, totalizando em cinquenta e oito (58) pessoas. São docentes, profissionais e estudantes das áreas da Administração, Direito, Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Educação Física, História, Ciências Biológicas e outras, que compõem esse coletivo e movimentam o contexto da pesquisa nacional (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, 2026).

Em âmbito acadêmico, no contexto da UNESPAR, uma das atividades do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, que se tornou referência para o município de Paranavaí/PR, região noroeste do estado do Paraná e outras regiões, é o Seminário sobre Gênero, realizado bianualmente. Em todas suas edições o evento possibilitou a integração dos saberes, a socialização de resultados e processos de pesquisas, além de discussões relevantes para o momento atual, que favorecem diversas reflexões sobre a construção das relações e da sociedade, de forma geral (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, s. d.).

O I (primeiro) Seminário sobre Gênero foi realizado nos dias 27 e 28 de março de 2014, com o tema “Violência de Gênero e Violência Doméstica como desafios na sociedade contemporânea”. Já o II (segundo) Seminário sobre Gênero foi realizado nos dias 13 e 14 de junho de 2016 e abordou “Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas

transversais”. O III (terceiro) Seminário sobre Gênero, por sua vez, tratou sobre os “Desafios de um Contexto em Retrocesso”. Esta edição aconteceu entre 13 e 14 de junho de 2018, e deu ênfase à relação do governo da época com as políticas internacionais neoliberais, que influenciaram negativamente o campo dos direitos humanos e consequentemente da dignidade humana (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, s. d.).

Na sua IV (quarta) edição, o Seminário sobre Gênero foi realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2022 e contou com o tema Interfaces da opressão patriarcal. Como resultado da edição de 2022, foi organizado e publicado de forma coletiva pelo GTPP, um livro intitulado como Interfaces da dominação patriarcal: do debate acadêmico às práticas sociais. O livro reuniu artigos e reflexões apresentadas na quarta edição do evento, reflexões estas mobilizadas de forma coletiva, pelos(as) pesquisadores do GTPP (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, 2025).

A V (quinta) e última edição do Seminário sobre Gênero aconteceu nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, e teve como tema central Políticas públicas, ações propositivas e perspectivas críticas. As discussões se deram em torno do direcionamento ligado aos processos de subjetivação, gênero e diversidades. Nesta mesma edição, contamos com a importante presença da autora, ativista e psicóloga indígena Geni Nùnez.

6

Nos dias 25 e 26 de junho de 2026 ocorreu a sexta edição do Seminário sobre Gênero, intitulada “Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”, em que foram realizadas discussões ligadas à educação em sentido amplo, propondo focar nas práticas profissionais como integrantes das ações para o respeito às diversidades de gênero, as quais são entendidas pela perspectiva interseccional. Todavia, é necessário demarcar que, em todas as edições, houve espaços de troca e reflexões. Deste modo, reconhecemos a importância de tais movimentações, pensando na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, em contexto microssocial, mas que também reflete e tensiona o macrossocial (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, s. d.).

As seis edições do Seminário sobre Gênero organizados pelo GTPP da Universidade Estadual do Paraná/campus de Paranavaí/PR vem debatendo e apresentando propostas no tocante às questões relacionadas a gênero, sexualidade, raça/etnia e demais marcadores sociais. Este espaço nos leva a refletir sobre como a acumulação do capital não combina e nem intenciona a promoção da igualdade/equidade social. Conforme as alterações políticas, econômicas e sociais, verifica-se, na contemporaneidade, o agravamento das expressões da

questão social e a necessidade de construir estratégias que respondam a forma como organizam-se as coisas, os processos, o trabalho e as relações (Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, s. d.).

Pensando em alternativas coletivas de sobrevivência, em resposta às desigualdades sociais, além do entendimento sobre a necessidade de criar redes de apoio e segurança às maiorias, que são minorizadas, na perspectiva dos direitos sociais, ao longo de sua história o GTPP tem desenvolvido atividades (in)formativas sobre as violências de gênero que permeiam as relações sociais, principalmente entre mulheres e homens e populações dissidentes dos padrões de gênero, sexualidade e outros. Em 2022, por exemplo, o grupo organizou um curso de extensão denominado “Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais”. Tal curso foi realizado por meio de sete encontros virtuais, aos sábados, das 9h30 às 11h30, pela plataforma online YouTube. As aulas foram viabilizadas por meio do canal GPesquisa: Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. A realização do curso ocorreu nos meses de março, abril e maio de 2023.⁵

Para isso, criou-se uma sala de aula virtual, por meio da plataforma Classroom, na qual foram disponibilizados materiais que subsidiaram as discussões. O curso foi desenvolvido em etapas, através de ações e módulos específicos, conforme apresentado no quadro 1:

7

Quadro 1 – Organização do curso “Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais”.

Data/mês	Atividade
20/09/2022	Reunião do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, na qual foi discutido e deliberado o Curso.
Outubro/Novembro de 2022	Elaboração da Proposta.
Novembro/Dezembro de 2022	Trâmites na Divisão de Extensão e Cultura, Colegiado, Direção de Centro de Área.
Janeiro/Fevereiro/2023	Divulgação da proposta e inscrições de participantes.
18/03/2023	Aula inaugural para explicação da metodologia e critérios para participação.
25/03/2023	1º módulo - Dominação patriarcal e exploração capitalista.
01/04/2023	2º módulo - Desigualdade de gênero e violência contra mulheres.
15/04/2023	3º módulo - O trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
29/04/2023	4º módulo - Grupos Reflexivos com homens.

⁵ Para mais informações, acesse: link: <https://www.youtube.com/@gpsquisagenerounespar/streams>.

06/05/2023	5º módulo - As ações desenvolvidas na área da Educação que contribuem para o enfrentamento à violência de gênero.
20/05/2023	6º módulo (encerramento) - Grupo de Pesquisa Gênero Trabalho e Políticas Públicas: Trajetória na busca da equidade de gênero em Paranavaí/PR
Junho	Elaboração do relatório para certificação.

Fonte: Marques e Carvalho (2024, p. 105).

O percurso proposto congregou profissionais que ficaram responsáveis pelos módulos de diferentes áreas, como Serviço Social, Psicologia, Direito, História, Pedagogia, Biologia, entre outras. Essa forma de organização possibilitou abordagens interdisciplinares e, por isso, o trato da violência de gênero, bem como sua prevenção, se deu a partir de conceitos, metodologias e experiências diversas. Vale compartilhar também, que, ao final do curso de extensão e das temáticas abordadas em cada módulo, foi publicado um livro denominado Enfrentamento às violências de gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades (Campoi et al., 2024). Além disso, resultou na publicação de um capítulo de livro, sob o título Enfrentamento às desigualdades de gênero: contribuições de um curso de extensão (Marques; Carvalho, 2024).

As temáticas trabalhadas pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas refletem as opressões que determinados grupos sofrem no modelo de sociedade capitalista no qual estamos inseridos. De acordo com a autora Marilda Villela Iamamoto (2015), grande referência para o Serviço Social brasileiro, a questão social pode ser compreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades sociais, que se fazem presentes na sociedade capitalista. As expressões da questão social surgem em decorrência das tensões e contradições geradas a partir da exploração do trabalho. Por outro lado, como resposta às desigualdades que constituem a realidade social, posiciona-se um povo diverso, que resiste e busca construir alternativas de vida. É neste contexto que os(as) sujeitos(as) resistem e se opõem ao que está posto pelo sistema político, econômico e ideológico.

Iamamoto (2015) aponta ainda que apreender a questão social é captar as diversas formas de invenção e reinvenção da vida construídas no cotidiano, afinal, é no presente que são recriadas novas formas de viver, apontando um futuro que está sendo germinado. Nesse sentido, o GTPP vem trabalhando e se articulando como um espaço coletivo de resistência e de construção de conhecimento junto à comunidade e aos movimentos sociais e coletivos, atuando na análise crítica das expressões da questão social e também se inserindo ativamente nas lutas sociais.

Para além das discussões teóricas e mobilizações dentro do espaço acadêmico, o GTPP realiza uma atuação prática e política na região de Paranavaí/PR. Por meio do envolvimento com a comunidade, desenvolve ações articuladas aos movimentos sociais e coletivos, em especial com o Coletivo LGBTQIAPN+ de Paranavaí/PR. O I (primeiro) Seminário sobre Gênero, intitulado como “Violência de Gênero e Violência Doméstica como desafios na sociedade contemporânea”, bem como as propostas construídas nesta edição do evento são expressões concretas da articulação entre militância, pesquisa e política, mobilizadas pelo GTPP. Inclusive, uma das propostas que se concretizou foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) (Dias et al., 2024).

Para a criação do CMDM, ocorreram diversas articulações entre poder público, sociedade civil e o Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. A mobilização e a construção processual, histórica e coletiva culminaram em uma assembleia, que elegeu a primeira composição do Conselho dos Direitos das Mulheres em Paranavaí/PR, amparada pela Lei Municipal nº 4453/2015. A posse das Conselheiras ocorreu em julho de 2016, sendo um marco na luta pelos direitos das mulheres no município (Dias et al., 2024).

A existência de espaços de controle social está assegurada pela Constituição Federal de 1988. É possível reconhecer a importância da atuação dos Conselhos a partir das contribuições de Bravo (2011), que os compreende como um dos principais mecanismos de controle social no contexto brasileiro. Sendo assim, apesar de se tratar de uma experiência local, a criação do CMDM (assim como a criação do Coletivo LGBTQIAPN+ de Paranavaí/PR), se insere em um processo histórico mais amplo, de construção dos mecanismos de controle social no Brasil. Tendo um vasto conhecimento sobre política social, a autora Maria Inês Souza Bravo, Assistente Social e Professora de Serviço Social, ressalta que os Conselhos de Direitos foram propostos na década de 1980, porém foram implementados na década de 1990, em um cenário marcado pela despolitização da questão social, do reflexo dos movimentos sociais e da imposição de agendas neoliberais.

Desta maneira, a política, a economia e a sociabilidade são atingidas pelas intervenções do neoliberalismo. Há, neste período, uma investida contra organizações coletivas de trabalhadores(as), a fragmentação das lutas sociais e a criminalização de movimentos sociais. Nesta conjuntura, os direitos sociais são associados à posse de mercadorias e ao consumo. Ainda assim, foi nesse contexto adverso que os Conselhos de Direitos foram implementados. Eles surgem com o objetivo de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas. Em

Paranavaí/PR, desde a implementação do CMDM, diversas políticas foram criadas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres. A partir disso, foi possível perceber a movimentação e o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas às questões de gênero, contando sempre com as articulações, com a comunidade acadêmica (Grupo de Pesquisa GTPP) e com movimentos sociais.

4 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas consolidou-se, ao longo de mais de uma década de atuação, como um espaço de produção de conhecimento científico, formação de recursos humanos e articulação entre universidade, movimentos sociais e poder público. Mais do que um coletivo voltado à pesquisa acadêmica, o GTPP demonstra que a universidade pública pode desempenhar papel estratégico na construção de respostas às expressões da questão social, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A trajetória do grupo revela que sua atuação ultrapassa os indicadores quantitativos relacionados ao número de pesquisadores(as), eventos ou publicações. Os resultados apontam para impactos qualitativos, especialmente no fortalecimento de redes de cooperação, na formação interdisciplinar de estudantes e profissionais e na incidência sobre políticas públicas locais. A criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Paranavaí constitui um exemplo concreto da capacidade de articulação entre produção científica, mobilização social e participação democrática, reafirmando a compreensão de Bravo (2011) acerca dos conselhos como importantes mecanismos de controle social e de fortalecimento da participação cidadã.

Os achados também dialogam com a literatura que compreende a interdisciplinaridade como condição necessária para enfrentar problemas sociais complexos. Conforme Fazenda (2005), a interdisciplinaridade pressupõe relações permanentes de diálogo entre diferentes campos do conhecimento, permitindo leituras mais abrangentes da realidade social. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante nas discussões promovidas pelo GTPP, uma vez que as desigualdades de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, deficiência e outros marcadores sociais não podem ser compreendidas por uma única área disciplinar. Nesse sentido, a composição plural do grupo e a participação de pesquisadores(as) de distintas formações revelam coerência entre sua organização interna e os pressupostos teóricos que orientam suas ações.

Outro aspecto evidenciado pelos resultados refere-se à centralidade da perspectiva interseccional na produção do conhecimento e nas atividades desenvolvidas pelo grupo. As temáticas dos seminários, dos cursos de extensão e das publicações demonstram uma compreensão das desigualdades como fenômenos estruturais e multidimensionais, em consonância com autoras como Collins e Bilge (2021) e Akotirene (2019), que defendem a interseccionalidade como ferramenta analítica e política capaz de explicar a articulação entre diferentes sistemas de opressão. Essa perspectiva amplia o alcance das ações desenvolvidas pelo GTPP, permitindo que suas atividades dialoguem com demandas concretas da sociedade e contribuam para a formulação de práticas profissionais comprometidas com os direitos humanos e a justiça social.

Os resultados também reforçam o papel da extensão universitária como espaço privilegiado de produção compartilhada do conhecimento. A realização de cursos, seminários e ações formativas evidencia uma concepção de extensão que rompe com modelos verticalizados de transferência de conhecimento e aproxima-se da compreensão freireana do diálogo entre universidade e sociedade. Nessa direção, as publicações decorrentes das ações extensionistas demonstram que a produção acadêmica pode emergir de experiências construídas coletivamente entre pesquisadores(as), profissionais e comunidade.

11

Outro elemento relevante diz respeito à permanência e ao fortalecimento do grupo em um contexto nacional marcado por restrições orçamentárias, contingenciamentos de recursos destinados à ciência e à educação superior e desafios impostos às universidades públicas brasileiras. Embora o crescimento do número de grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq indique a expansão da pesquisa nacional, a experiência do GTPP evidencia que a consolidação desses espaços depende da atuação coletiva, da continuidade institucional e do compromisso de pesquisadores(as) e estudantes com a produção do conhecimento socialmente referenciado.

Em síntese, os resultados permitem afirmar que o Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas constitui uma experiência que articula produção científica, formação interdisciplinar, extensão universitária e incidência política, reafirmando o papel social da universidade pública na defesa dos direitos humanos, no enfrentamento das desigualdades e na construção de políticas públicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e publicação do presente relato de experiência pode ser considerada como mais uma ação de grande relevância para a história do GTPP. Trata-se de uma oportunidade de registrar e socializar um pouco do que tem sido realizado coletivamente, por pessoas diversas, engajadas e comprometidas com a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e justa para todas as pessoas.

Enquanto pesquisadoras e Assistentes Sociais, reconhecemos e reafirmamos a relevância do referente Grupo de Pesquisa para a comunidade acadêmica, comunidade externa, movimentos sociais locais, bem como para a formação de cada pessoa que passa (permanecendo ou não) no GTPP. Ocorre que, para além de um espaço de realização de pesquisas, de discussões teóricas e de forma geral, de produção de conhecimento, o Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas tem contribuído para a formação humana, à formação de redes e ao fortalecimento político de posturas contra todo e qualquer tipo de violência. É um espaço que acolhe, desperta e potencializa identidades diversas, posicionadas em meio a interseccionalidades que, neste contexto, são conexões e potência de voz e movimento.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 julh. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRAVO, Maria Inês. Potencialização das representações do conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos. In: CFESS (org.). Seminário Nacional O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. p. 53-67. 96 p.

CAMPOI, Isabela Candeloro; SOUZA, Leonardo. Carvalho de.; MARQUES, Maria Inez Barboza; SILVA, Thaís Gaspar Mendes (Org.). Enfrentamento às violências de gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades. 1. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024. v. 01. 224p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021

DIAS, Erica da Cruz Novaes Gonçalves; CAMPOI, Isabela Candeloro; FRANCISCO, Jamila Rodrigues. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Paranavaí-PR: desafios

e potencialidades da luta pela igualdade de gênero. In: CAMPOI, I. C.; SOUZA, L. C.; MARQUES, M. I. B.; SILVA, T. G. M. (Orgs.). *Enfrentamento às violências de gênero: políticas públicas, interdisciplinaridade e diversidades*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 25-44. 224 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GRUPO DE PESQUISA GÊNERO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Grupo de Pesquisa - Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, [s. d.]. Disponível em: <https://paranavai.unespar.edu.br/divisooes/dppg/seminario-sobre-genero>. Acesso em: 20 jul. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LATTES. Lattes/CNPq, s. d. Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 20 jul. 2026.

MARQUES; Maria Inez Barboza; SOUZA, Leonardo Carvalho de. *Enfrentamento às desigualdades de gênero: contribuições de um curso de extensão*. In: Eliane Rose Maio; Jean Pablo Guimarães Rossi. (Org.). *Corpos em Dissidências a diferença nas educ(ações) democráticas*. 1. ed. Maringá: V&V Editora, 2024, v. 1, p. 98-107.